


CLIPPING	Data: 31 de agosto de 2016 (quarta-feira)	Responsável: David Martins
 GOIÁS Assessoria de Comunicação Integrada	Veículo: 730AM Caderno: - Editoria: Editor: Repórter: Larissa Artiaga	Periodicidade: Online Coluna: - Subcoluna: - Página: http://zip.net/bwtrl7

Especialista avalia propostas dos candidatos a prefeito de Goiânia para a Segurança Pública

O presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás (OAB-GO), Edemundo Dias de Oliveira Filho, analisou nesta terça-feira (30), as propostas dos candidatos a prefeito de Goiânia para a Segurança Pública.

Em entrevista concedida à rádio 730, durante o programa Cidadania em Destaque apresentado pela jornalista Cecília Barcelos, Edemundo Dias citou as principais carências da capital no que diz respeito a Segurança. “Pra gente pensar Goiânia, precisamos fazer uma avaliação nacional e a Segurança Pública no Brasil é péssima, vergonhosa. Falta um Plano Nacional de Segurança Pública e isso não é levado a sério. O poder local padece desse mesmo dilema, dessa falta de estrutura e definição.”

Segurança no trânsito

Ao presenciar a fala do especialista em transporte e mobilidade Marcos Rothen, que também concedeu entrevista à rádio 730 nesta terça-feira (30) e ressaltou a necessidade de investimentos no transporte coletivo, Edemundo Dias não deixou de pontuar o que precisa ser melhorado no que tange à segurança no trânsito.

O representante da Ordem alertou para o aumento de casos de homicídios no trânsito. “O trânsito estressante, no qual o cidadão sai de casa e não consegue chegar ao seu destino, gera insegurança e se transforma em violência. Um trânsito bem cuidado e uma mobilidade urbana bem feita, que humaniza o trânsito, refletem diretamente na segurança. É uma boa coisa que um prefeito deve fazer.”

Propostas

Com o objetivo de sanar as reclamações da população e melhorar a segurança pública de Goiânia, os candidatos a prefeito de Goiânia declararam as propostas para a segurança em entrevistas concedidas à rádio 730.

Flávio Sofiati (PSOL), por exemplo, acredita que a criação de uma secretaria de Segurança Pública não é necessária. “Eu acho que não é necessário porque o papel hoje do prefeito é pensar a segurança pública para além da repressão e para além apenas da perspectiva policial. A gente diminui a violência implementando um conjunto diversificado de Políticas Públicas que vão melhorar a vida das pessoas.”

Ao avaliar a proposta, Edemundo Dias voltou a criticar a ausência de um Plano Nacional de Segurança Pública. “Há um erro de origem, de interpretação da

Constituição da República. O prefeito deve olhar as prioridades, eu não descartaria a hipótese da criação de uma secretaria, não de segurança pública, mas de defesa social, por exemplo, uma estrutura orgânica do próprio governo, vinculada ao gabinete do prefeito para buscar recursos, monitorar as ruas e tratar da Guarda Municipal.”

Para o candidato Iris Rezende (PMDB), o aperfeiçoamento do serviço de Iluminação Pública poderia reduzir os índices de violência. “Eu acho que a prefeitura pode ajudar muito na área da segurança pública. Em primeiro lugar iluminando bem as ruas, a rua bem iluminada gera impecílios para os malfeitores. E pode auxiliar também limpando os lotes baldios, que servem de esconderijo para criminosos.” afirma

O presidente da Comissão de Segurança da OAB-GO considerou a proposta de melhorias na Iluminação como um trabalho de prevenção. “Ter uma boa Iluminação Pública e as ruas limpas é um trabalho de prevenção. A prefeitura faz esse trabalho de prevenção primária e assistência às famílias. Uma cidade bem cuidada inibe a ação dos infratores.”

Delegado Waldir (PR) sugeriu a disponibilização de treinamentos e armamentos para a Guarda Municipal, de modo a formar uma Polícia Municipal. “Entre os deveres do município está preservar a vida das pessoas e você não tem como fazer isso como é feito hoje, com os guardas civis na base da unha. Primeiro treiná-los e uma vez treinados, comprar veículos e armamentos. Queremos fazer sem dúvida nenhuma, uma Polícia com excelente estrutura, uma Polícia municipal.”

No entanto, na análise de Edemundo Dias o termo Polícia Municipal está incorreto. “Essa terminologia está totalmente inconsequente, a Guarda Municipal tem o seu papel definido e ele não pode entrar no papel das polícias já instituídas. Agora o Waldir disse uma coisa interessante, pois já recebemos reclamações na OAB sobre a estrutura da Guarda e ele disse que vai melhorar as condições de trabalho dos guardas civis.”

Vanderlan Cardoso (PSB) defende o trabalho conjunto da Guarda Municipal, da Polícia Militar e Polícia Civil. “Se você fizer um trabalho conjunto entre a Guarda, a Polícia Militar e a Polícia Civil, com os conselhos de segurança sendo fortalecidos e chamar a população para participar desse projeto, você pode ter certeza que em pouco tempo teremos uma cidade mais segura.”


De acordo com o representante da Ordem, a proposta de Vanderlan está bem encaminhada. “Eu acho que ele tem uma visão moderna e atual sobre a questão da segurança pública. Não pode ficar só nas políticas de repressão temos que cuidar também das políticas de prevenção às drogas, mas a visão dele está bem encaminhada, no meu modo de entender.”

Assim como Delegado Waldir, Adriana Accorsi (PT) também tem experiência como Delegada. A candidata propôs a implementação do serviço de videomonitoramento com a instalação de mil câmeras na capital. “Mil câmeras de acordo com uma estimativa que fizemos seriam necessárias na cidade, para serem colocadas nos principais parques e locais em que há situações de violência. Buscaremos os recursos junto à União e por meio de parcerias com a iniciativa privada.”

Sobre a proposta de Accorsi, o presidente da Comissão de Segurança da OAB-GO adverte que a instalação das câmeras deve ocorrer concomitantemente com uma política de prevenção às drogas. “Essa é uma boa proposta, já existem câmeras sendo monitoradas pela Guarda Municipal, agora é preciso ampliar isso. É um bom recurso, uma boa ferramenta, só que não pode ficar só nisso. O prefeito deve estabelecer

políticas de prevenção e a mais importante na área da segurança pública é a política de prevenção à dependência química.”

Os candidatos Francisco Júnior (PSD) e Djalma Araújo (Rede), não apresentaram propostas direcionadas à Segurança Pública durante as entrevistas concedidas à rádio 730.

CLIPPING	Data: 31 de agosto de 2016 (quarta-feira)	Responsável: David Martins
 GOIÁS Assessoria de Comunicação Integrada	Veículo: Rota Jurídica Caderno: - Editoria: Editor: Repórter: Larissa Artiaga	Periodicidade: Online Coluna: - Subcoluna: - Página: http://zip.net/bltrmP

Goianos lançam obra jurídica em evento no Conselho Federal da OAB

Por ocasião da reunião ordinária do Conselho Pleno da OAB relativa ao mês de agosto, realizada nesta terça-feira (30), em Brasília, três obras jurídicas foram lançadas com a presença dos autores. A primeira delas é Jurista do Mundo, coletânea da Rede Internacional de Excelência Jurídica.

O livro traz visões jurídicas de 22 autores sobre temas de relevância no Direito. São juristas da Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha, Peru e Portugal, dentre os quais o ex-presidente da Comissão Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB Nacional e diretor-adjunto da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás Tênio do Prado e o conselheiro seccional e presidente da Comissão de Acompanhamento Forense, Fabrício Antônio Almeida de Britto.

Durante o evento, também foi lançada a obra Comentários ao Código de Ética e Disciplina da OAB, que conta com a análise privilegiada do jurista Paulo Roberto de Gouvêa Medina, relator do texto do código no plenário da OAB Nacional e agraciado pela Medalha Ruy Barbosa na última gestão da Ordem.

A conselheira federal Sandra Krieger Gonçalves (SC) lançou Judicialização do Direito à Saúde e o Sistema de Saúde Suplementar no Brasil – Aspectos críticos da fundamentação de decisões judiciais, no qual a autora busca refletir e analisar os problemas decorrentes da fundamentação utilizada pelo Poder Judiciário no momento de intervir nas relações jurídicas da Saúde, sobretudo naquelas travadas em sede de Saúde Suplementar.